

ELEIÇÕES

PSB afirmou que o candidato teria remunerado seguidores para distribuírem cortes de seus vídeos nas redes sociais. Ex-coach chama decisão de “censura”

Justiça suspende redes sociais de Marçal

» HENRIQUE LESSA

O ex-coach Pablo Marçal (PRTB), candidato à Prefeitura de São Paulo, teve, ontem, seus perfis nas redes sociais (Instagram, Youtube, TikTok e X) bloqueados pela Justiça de SP. A decisão é do juiz Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral, após ação movida pelo PSB, partido da candidata Tabata Amaral. A suspensão deve valer até o fim das eleições municipais.

Segundo o PSB, há indícios de que a equipe de Marçal estaria remunerando os apoiadores pela disseminação de cortes de vídeos favoráveis a sua campanha. Ele teria desenvolvido uma “estratégia de cooptação de colaboradores para disseminação de seus conteúdos em redes sociais”.

“Destaco que não se está, nesta decisão, a se tolher a criação de perfis para propaganda eleitoral do candidato requerido, mas apenas suspender aqueles que buscaram a monetização dos ‘cortes’ por meio de terceiros interessados”, afirmou o juiz. No documento, ele sustenta que “monetizar cortes” equivale a disseminar continuamente uma imagem “sem respeito ao equilíbrio que se preza na disputa eleitoral”.

Em live nas redes sociais logo após a decisão, Marçal disse estar sendo censurado. Ele afirmou ser alvo de “perseguição política” e disse que isso irá ajudá-lo na eleição. Por meio de nota, o coach negou que tenha oferecido dinheiro para a divulgação dos cortes com suas imagens nas redes sociais.

O candidato alegou que o

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Candidato a prefeito de São Paulo pode ser cassado pela Justiça Eleitoral, caso as suspeitas sejam confirmadas

Judiciário é controlado por “comunistas” e definiu a situação como uma censura judicial. “A suspensão de todas as redes sociais do candidato Pablo Marçal e do seu site pessoal sem a observância do contraditório, ampla defesa e a devida instrução probatória, caracteriza verdadeira censura prévia, violando, sobremaneira, o direito à liberdade de expressão”, disse por meio de nota.

O ex-coach também criou novas contas na internet. Pablo Marçal pode ter candidatura casada pela Justiça Eleitoral, caso seja comprovado o envolvimento dele no pagamento dos impulsionamentos feitos por

apoiadores da campanha. Esse tipo de remuneração pode configurar abuso de poder econômico e propaganda irregular.

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que concorre à reeleição, e é apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, criticou a suspensão das contas. Ele também chamou a decisão de “censura”. “Sou contra qualquer tipo de censura. A regra tem que ser igual para todos. Ou a Justiça libera todos os candidatos para fazerem o mesmo, ou ninguém utiliza estrutura paralela com cortes impulsionados”, afirmou.

Tabata Amaral declarou que Justiça tem “suspeitas concretas”

de que o Marçal fez uso de recursos ilegais para se promover nessas eleições. “É uma decisão liminar. Basicamente, Pablo caiu no antidoping”, disse a parlamentar, por meio de nota.

Durante a tarde de ontem, Marçal participou de uma motociata pela Marginal Tietê, uma via expressa da capital paulista. Ele circulou com apoiadores sem capacete e voltou a atacar a decisão judicial. O coach voltou a criticar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que declarou apoio a Nunes. “Você vai se curvar para esses comunistas, já percebeu que eu vou ganhar essa eleição e vai ficar ruim se você não tomar uma atitude de homem”, disse.

Reprodução/Redes sociais/Guilherme Boulos



Presidente faz primeiras participações nos comícios do candidato do PSol, em São Paulo. A vice da chapa é a petista Marta Suplicy

Lula faz campanha para Boulos

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estreou, oficialmente, como cabo eleitoral nas eleições municipais. Ontem, o chefe do Executivo participou de dois comícios do deputado federal Guilherme Boulos (PSol), candidato à Prefeitura de São Paulo. Ele enalteceu a trajetória do aliado e teceu críticas ao concorrente Pablo Marçal (PRTB), que teve suas contas retiradas do ar por ordem da Justiça.

No primeiro evento, em Campo Limpo, Lula relatou como conheceu Boulos. O petista afirmou que essa é a primeira vez que ele pede voto em São Paulo para um candidato de fora do Partido dos Trabalhadores. A vice na chapa é Marta Suplicy (PT).

“Conheci o Boulos fazendo protesto na frente da minha casa,

em 2005. Cheguei em casa tinha umas barracas e me disseram que era o MTST. Eu poderia ter rompido com o Boulos, chamado ele de invasor de terras, mas resolvi me aproximar”, apontou.

O petista ainda alfinetou o ex-coach Pablo Marçal, apontando-o como “uma raposa cuidando de um galinheiro”. “A gente não pode olhar uma raposa e achar que ela vai tomar conta de um galinheiro. A raposa pode ser simpática e cantar como uma galinha depois que põe o ovo, mas, se colocar a raposa no galinheiro,

Eu poderia ter rompido com o Boulos, chamado ele de invasor de terras, mas resolvi me aproximar”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

vai acordar de manhã e não vai ter nem raposa e nem galinha”, disse.

Também estiveram presentes no palanque os ministros Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e Fernando Haddad (Fazenda).

Lula citou a derrota de Haddad a prefeito de São Paulo em 2016, quando concorreu com o vice, Gabriel Chalita, e perderam para João Dória. O petista disse que “nunca conseguiu entender” o resultado do pleito.

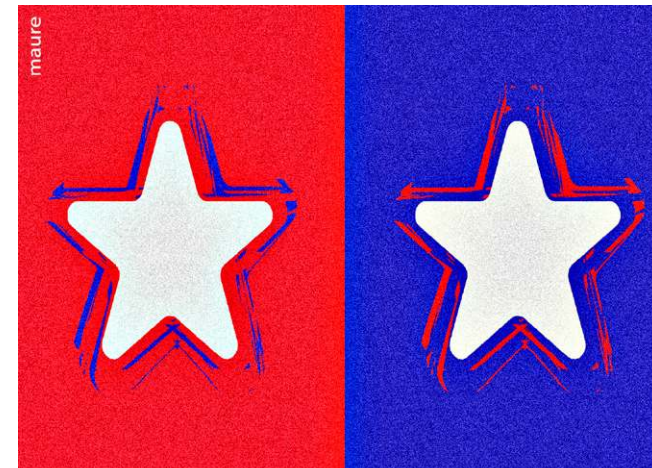
“Todo mau caráter quer se pas-sar por louco, mas não deixa de

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Dubiedade enfraquece a liderança de Lula

A plena inserção do Brasil no ocidente democrático é uma conquista que está para completar 40 anos, pois seu ponto de clivagem é a eleição de Tancredo Neves, de 1985, num colégio eleitoral criado pelo regime militar com objetivo de institucionalizar seu modelo autoritário. Naquele momento, conservadores, liberais, social-democratas, trabalhistas e comunistas se aliaram para restabelecer a ordem democrática. Coube ao ex-presidente José Sarney, que assumira o poder com a morte de Tancredo, convocar uma Constituinte e garantir as liberdades para possibilitar a transição política bem-sucedida que resultou na democracia de massas que temos hoje — com eleições diretas, livres e limpas em todos os níveis.

No Brasil, a esquerda estava fraturada em relação à eleição de Tancredo Neves, como de resto ocorrera durante todo o regime militar. Uma parte minoritária ainda acreditava na possibilidade de a derrota dos militares se confundir com uma revolução socialista e via com desconfiança a candidatura do mineiro. Essa visão ainda era hegemônica no Partido dos Trabalhadores, que expulsou os três deputados que votaram a favor da eleição de Tancredo: Airton Soares (SP), Bete Mendes (SP) e José Eudes (RJ).

Líder máximo do PT, Lula disputaria todas as eleições presidenciais (venceria em 2002 e 2006), com exceção das de 2010, quando deixou o poder, e de 2018, quando foi impedido de concorrer contra Jair Bolsonaro, que foi eleito presidente da República. Naquela ocasião, tudo indicava que a alternância de poder e o direito ao dissenso, características de um regime democrático pleno, estavam consolidados e que o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro seria uma inflexão pendular, que se acomodaria às contingências ditadas pelo establishment político conservador e pelas elites econômicas do país. Isso parecia se comprovar nas eleições de 2022, quando o petista voltou ao poder, mas não foi o que ocorreu.

O velho golpismo que marca nossa história republicana ainda estava vivo e encarnado no projeto autoritário de Bolsonaro, que militarizou seu governo e, mais tarde, após perder as eleições, tentaria dar um golpe de estado, o que quase se consumou em 8 de janeiro de 2023. Falou mais alto o sentimento de universalidade democrática, que predominou nas demais instituições políticas do país. Não só no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional, mas também nas próprias Forças Armadas, onde prevaleceram o respeito à Constituição, à hierarquia e à disciplina.

O governo Lula, eleito por estreita margem, e fruto de uma frente de esquerda que hegemonizou o campo da oposição, beneficiou-se do apoio de setores social-democratas, social-liberais, liberais e conservadores comprometidos com a democracia no segundo turno, ainda que a maior parte dos eleitores desses segmentos tenha sido abduzida pela polarização direita versus esquerda.

Ativo político

Graças a isso, foi possível barrar o projeto autoritário de Bolsonaro. Ser intérprete do sentimento visceralmente comprometido com a ordem democrática que caracteriza esses setores é o maior ativo político de que Lula dispõe. Tanto do ponto de vista da política nacional, como no âmbito das relações internacionais. Entretanto, a posição da cúpula do PT, de claro apoio à transformação do regime bolivariano de Nicolás Maduro numa ditadura, mostra uma visão instrumental da democracia. E a dubiedade com que o presidente Lula se conduziu nesta crise venezuelana parece endossar essa visão.

Na semana passada, o governo brasileiro não assinou o documento que refuta o resultado eleitoral na Venezuela, a pretexto de não concordar com o tom e com o teor do texto. O comunicado é assinado por Estados Unidos, União Europeia e mais dez países da América Latina (Argentina, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai), além da OEA (Organização dos Estados Americanos). O texto afirma o que Lula, Celso Amorim e até o PT também sabem: a eleição na Venezuela foi fraudada.

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE, a Justiça eleitoral do país), já havia declarado vitória de Maduro. Agora, o TJS respaldou a decisão. Porém, o verdadeiro vencedor da eleição foi o opositor Edmundo Gonzalez, que divulgou as cópias das atas da maioria das seções eleitorais. O Brasil alega que ainda dialoga com Maduro e a oposição venezuelana e, por isso, não endossou o documento, mas de que adianta? Maduro não recuará, a Venezuela ingressa num novo eixo geopolítico, na órbita da Rússia, China, Cuba, Coreia do Norte e Irã. Descolou-se do ocidente democrático.

A posição do PT e as relações históricas de Lula com Maduro põem um ponto de interrogação nas verdadeiras intenções de Lula. À luz da nossa tradição diplomática, o Brasil não deve romper relações com a Venezuela, mas reconhecer a vitória do ditador venezuelano é outra história. Maduro segue a trilha de Daniel Ortega, outro aliado de Lula e do PT, que expulsou o embaixador brasileiro, o que deverá ocorrer se Lula não legitimar a vitória do presidente venezuelano. Não reconhecer nem refutar o resultado eleitoral é uma ambiguidade que fragiliza a autoridade do presidente, interna e externamente. Não se tapa o sol com peneira.